

AS RUAS E AS URNAS NA PANDEMIA: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE AS ELEIÇÕES NO PERU E NO EQUADOR À LUZ DO CONFRONTO POLÍTICO

Streets and ballots in the pandemic: a comparative analysis between the
elections in Peru and Ecuador in light of the political confrontation

Daniel Henrique da Mota Ferreira¹

Jefferson Luis Moreira Nascimento²

Raul Nunes³

Resumo

O presente artigo procura analisar o impacto da pandemia na relação entre os movimentos sociais e as eleições no Equador e no Peru. Baseando-se na Teoria do Processo Político (TPP), o artigo busca comparar, a partir da inflexão da pandemia, as semelhanças e diferenças que podem haver na relação entre movimentos e eleições. Na primeira seção, apresentamos a TPP e discutimos como as análises da economia política podem ajudar a pensar os *estallidos* da América Latina. Na segunda e na terceira seção, descrevemos os processos políticos do Equador e do Peru, respectivamente. Na quarta, fazemos a comparação entre os dois casos. Como conclusão, apontamos que a pandemia acirrou clivagens já existentes, provocou a indignação coletiva e trouxe um resultado eleitoral de rechaço às forças políticas dominantes em cada país: no Equador, o veto ao correísmo veio de dentro do sistema partidário e pela via da direita neoliberal junto à falta de maior apoio dos movimentos populares, enquanto no Peru o veto ao fujimorismo rompeu o quadro partidário existente por meio de um marxismo improvisado.

Palavras-chave: Teoria do processo político; Pandemia; Movimentos sociais; Eleições; América Latina.

Abstract

This article analyzes the pandemic's impact on the relationship between social movements and elections in Ecuador and Peru. Based on the Political Process Theory (PPT), the article aims to compare, from the watershed moment of the pandemic, similarities and differences that may exist in the relationship between movements and elections. In the first section, we introduce the PPT and discuss how analyses of political economy can help to think about the *estallidos* in Latin America. In the second and third sections, we describe the political

¹ Doutorando e mestre em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Bolsista CNPq. E-mail: danielhmf@iesp.uerj.br

² Doutorando e mestre em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Bolsista CAPES. E-mail: jeffersonlnascimento@iesp.uerj.br

³ Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). E-mail: raulnunes@iesp.uerj.br

As ruas e as urnas na pandemia: uma análise comparada entre as eleições no Peru e no Equador à luz do confronto político | Daniel Henrique da Mota Ferreira, Jefferson Luis Moreira Nascimento & Raul Nunes

processes of Ecuador and Peru, respectively. In the fourth one, we compare the two cases. As a conclusion, we point out that the pandemic has exacerbated existing cleavages, provoked collective indignation and brought an electoral result of rejection to the dominant political forces in each country: in Ecuador, the veto to *correísmo* came from within the party system and through the neoliberal right combined with the lack of greater support from popular movements, while in Peru the veto to *fujimorismo* broke the existing party framework through an improvised Marxism.

Keywords: Political process theory; Pandemic; Social movements; Elections; Latin America.

Introdução

A pandemia de Covid-19 trouxe impactos profundos em todos os aspectos da vida social, e não seria diferente no caso do confronto político. De um lado, movimentos sociais precisaram recalcular a rota; do outro, partidos enfrentaram demandas sociais ainda mais prementes. No caso da América Latina, a situação foi particularmente dramática devido ao impacto devastador do vírus, às vulnerabilidades sociais da população e à instabilidade política sempre à espreita.

No Peru e no Equador, saltam aos olhos dois pontos em comum: o rompante no número de óbitos dada a incapacidade do Estado de promover o direito à saúde e o processo eleitoral que culminou com a reorganização das forças políticas. As semelhanças, entretanto, param por aí: o direitista neoliberal Guillermo Lasso levou o pleito no Equador, enquanto o marxista improvisado Pedro Castillo surpreendeu no Peru. O que leva dois países tão próximos e com tantas características em comum a terem resultados eleitorais tão distintos num mesmo período e sob o mesmo fenômeno global? Essa é a pergunta que nos guia na comparação entre os dois casos a partir de um quadro analítico que toma o processo político em sua complexidade, isto é, considerando atores políticos dentro e fora do Estado e a evolução do confronto político.

Nosso objetivo, em suma, foi comparar a relação entre as mobilizações sociais e os resultados eleitorais nesses dois países. Acredita-se que, partindo de uma mesma conjuntura crítica, seja possível observar melhor como um mesmo processo global se traduz em diferentes estruturas de oportunidades políticas no Equador e no Peru. Por esse motivo, a pesquisa ancora-se em uma análise comparada pareada, que toma como principal fonte os

As ruas e as urnas na pandemia: uma análise comparada entre as eleições no Peru e no Equador à luz do confronto político | Daniel Henrique da Mota Ferreira, Jefferson Luis Moreira Nascimento & Raul Nunes

acompanhamentos desses dois países feitos pelo Observatório de Movimentos Sociais da América Latina ao longo da pandemia.⁴ Neste grupo, monitoramos as mobilizações do Equador e do Peru através das redes sociais dos ativistas e de suas organizações, bem como da análise das notícias publicadas em jornais e revistas de grande circulação nos países. Esse acúmulo permitiu a reconstituição cronológica dos principais eventos, que foi enriquecida pelo olhar da Teoria do Processo Político (TPP), na qual nos baseamos criticamente para a produção deste artigo.

Desse modo, o artigo dialoga com diferentes frentes do debate acadêmico. No nível teórico-metodológico, propomos a ampliação do escopo da análise comparada (COLLIER, 1993; SARTORI 1991) para incorporar a dimensão dos protestos, dos ativistas e das organizações sociais. Este esforço se dá sobretudo pela adoção da TPP em seus aspectos teórico-conceituais e suas implicações para o método (CARLOS, 2015; MCADAM; TARROW; TILLY, 2001; TARROW, 2021; TILLY, 2012). Além disso, fazemos um movimento também para refinar o olhar da TPP para a temática específica das eleições (MCADAM; TARROW, 2011) e, por outro lado, para a relação mais ampla entre conflitos sociais e a dimensão econômica (DELLA PORTA, 2017; SVAMPA, 2019), algo crucial para pensar o período pandêmico. A comparação entre Equador e Peru permite refletir sobre as trajetórias políticas de ambos os países de forma independente, encontrar pontos de contato e, por fim, pensar num enquadramento mais geral sobre a América Latina (BOCANEGRA; ROUSSEAU, 2021; DURAND GUEVARA; 2014; HERNÁNDEZ; BUENDÍA, 2011; LALANDER; OSPINA, 2012; LEVITSKY; CAMERON, 2003; MELÉNDEZ, 2019; MELÉNDEZ; MONCAGATTA, 2017; SANDOVAL, 2021; TANAKA, 2005). Enfim, este trabalho se propõe especialmente a dialogar com a literatura que vem sendo produzida sobre os protestos na região, chamados de *estallidos*, considerando suas especificidades e suas múltiplas dimensões (BRINGEL, 2021).

Na primeira seção, debatemos a TPP e sua pertinência para a análise da América Latina. Nas duas seções seguintes, tratamos de uma

⁴ Os materiais produzidos pelo Observatório estão na série de publicações Comunica América Latina e podem ser encontrados no link a seguir: <http://netsal.iesp.uerj.br/publicacoes/comunica/>

As ruas e as urnas na pandemia: uma análise comparada entre as eleições no Peru e no Equador à luz do confronto político | Daniel Henrique da Mota Ferreira, Jefferson Luis Moreira Nascimento & Raul Nunes

contextualização econômica, política e social de cada país antes da pandemia e, então, discutimos de forma mais detida como esses elementos se estruturaram entre março de 2020 e junho de 2021. Na última seção, partimos para uma análise comparada entre Equador e Peru, salientando os elementos que produziram convergências e dissonâncias nos processos político-eleitorais desses países nos dois primeiros anos de pandemia. Nesse sentido, observamos que mudanças no desenho institucional, na organização dos movimentos populares e na conjuntura das principais lideranças políticas de ambos os países trouxeram diferenças de resultado, ainda que houvesse uma mesma crise econômico-sanitária.

A articulação entre processo político e transbordamentos: uma chave teórica para compreender os *estallidos* na América Latina

Na teorização sobre movimentos sociais, a Teoria do Processo Político (TPP) surge como uma crítica ao marxismo, devido à sobredeterminação econômica dos processos políticos, e à Teoria da Mobilização dos Recursos, por apresentar uma abordagem individualista e sem a devida contextualização histórica (ALONSO, 2009). O ponto de partida da TPP é considerar os movimentos sociais como movimentos políticos, isto é, movimentos que disputam algum recurso e que envolvem a interação com atores estatais, abarcando assim uma série de fenômenos relacionados ao conflito político, das manifestações de rua às revoluções (TILLY, 2012; MCADAM; TARROW; TILLY, 2001). Em linhas gerais, os autores defendem que a investigação das dinâmicas do conflito deve buscar, nos episódios específicos de confrontação, os mecanismos que engendram processos sociais e podem alterar a configuração da relação entre atores sociais. A vantagem desse caminho está em não recair na produção de modelos rígidos e invariáveis para a comparação sociológica – afinal, cada país traz suas próprias instituições, cada região suas próprias formas de solidariedade e estas se traduzem nas práticas e possibilidades que cada ator social tem à disposição (TILLY, 1995).

Diante da estrutura de confrontação observada pela TPP, torna-se central o papel do Estado na política conflitiva, uma vez que o sistema político define as possibilidades de disputa dentro da institucionalidade e das relações entre sociedade e Estado. No entanto, a análise dos aspectos institucionais da

disputa peca em complexidade. O problema começa por considerar o Estado como um ente rigidamente separado da sociedade e passa pela reificação das elites políticas como conservadoras e inimigas dos demais atores políticos, em especial dos movimentos sociais (CARLOS, 2015). Além disso, essa separação tende a considerar o Estado como espaço da razão instrumental, enquanto os movimentos sociais seriam autônomos. Desse modo, perde-se de vista a oportunidade de entender as relações de cooperação e conflito que os movimentos sociais estabelecem com o Estado, com os diferentes poderes que o compõem e também com os partidos políticos que o disputam.

Na busca por reduzir essa lacuna, McAdam e Tarrow (2011) elencaram as formas pelas quais movimentos sociais e processos eleitorais interagem, dentre as quais destacamos duas. A primeira é a opção pela tática eleitoral por parte dos movimentos, o que pode gerar partidos-movimentos e candidaturas de membros das organizações. A segunda aponta para a polarização produzida por movimentos sociais em especial quando optam pela opção eleitoral, uma vez que partidos em sistemas democráticos tendem ao centro e os movimentos, por sua vez, pressionam por opções políticas mais radicais.

A TPP também é questionada por ter reduzido a importância da dimensão econômica nos processos políticos (NILSEN; COX, 2013). O estudo dos países latino-americanos em contexto de pandemia nos obriga a ampliar o próprio escopo da análise dos processos políticos, de modo a poder compreender os impactos de uma crise nas possibilidades de insurreição política, tanto em seus aspectos econômicos como nas questões sanitárias. A questão é saber como elas podem criar oportunidades de ação pública, diminuir ou aumentar os custos de uma mobilização ou ainda acionar novos fatores de repressão nos governos.

Em seu livro mais recente, Tarrow (2021) argumenta que a crise econômica pode levar a mobilizações que visem punir, na dimensão política, as decisões tomadas pelos governantes. Entretanto, falta nessa abordagem considerar melhor os próprios aspectos que podem engendrar o conflito. Daí que a socióloga Donatella della Porta (2017), ao analisar a relação entre as teorias dos movimentos sociais e a economia política, defende que é

importante juntar a análise estrutural marxista com o debate sobre a mobilização de recursos. Consideremos, por exemplo, a crise orgânica como conceitualizada por Gramsci, isto é, a perda de legitimidade e hegemonia do governo como resultante de uma crise no regime de acumulação econômica. Essa crise pode ser lida como uma abertura de oportunidade política para novos movimentos (ERREJÓN GALVÁN, 2012), principalmente porque tende a estimular a militância em direção à construção de campanhas e movimentos de protestos pois: 1) reduz os custos da ação, uma vez que não se encontra vantagens na ação institucional direta; 2) os ganhos provenientes da ação se tornam superiores à paralisia; e 3) aumenta a visibilidade na opinião pública dos grupos que já pregavam contra o sistema, os contra-hegemônicos (DELLA PORTA, 2017).

Dessa maneira, pensar a pandemia à luz da estrutura de oportunidades políticas é um caminho profícuo, uma vez que a pandemia desencadeou uma grave crise econômica cujos efeitos continuam a ser sentidos na América Latina. Tal crise acirrou ainda mais as disputas em torno do modelo de acumulação econômica empregada no sul global, o qual, por sua vez, estrutura os conflitos e as mobilizações possíveis. Como observa Svampa (2019), o modelo do neoextrativismo promove um antagonismo entre o Estado, as mineradoras e petroleiras de um lado e, do outro, as populações locais e as nações originárias. Daí também a relevância de expandir a análise dos problemas econômicos para além da relação capital-trabalho, através das análises das formas de expropriação (FONTES, 2010).

Assim, se, por um lado, o conflito toma a forma de mobilizações sociais para aumentar a redistribuição, por outro, ele toma o caminho de defender o reconhecimento das relações comunais que são ainda mais afetadas nesse período de pandemia. Nessa sobreposição estão colocados os conflitos da América Latina, a relação de cooperação e de concorrência entre os diversos movimentos e a sua entrada no sistema político. Nos casos estudados, veremos que essa teia de interações eclodiu na forma de rompantes populares chamados de *estallidos*.

Conforme define Bringel (2021), os *estallidos* são acontecimentos que impactam o desenrolar de um processo político a partir da intensificação do

conflito. Os *estallidos* começam como ciclos de protestos, com mobilizações que partem de atores com pautas específicas e atingem toda a sociedade. Eles funcionam como termômetros sociais, que denotam tendências latentes de transformações societárias que podem provocar mudanças na correlação de forças através do transbordamento (*desborde*) do conflito. O transbordamento é uma fissura na estrutura de oportunidades políticas, com a possibilidade de reorganização das forças e de irrupção de um canal de diálogo com o sistema político. O desfecho desse processo de abertura societária, entretanto, é sempre incerto, conforme alerta Bringel (2021).

Neste trabalho teremos como foco dois países que viveram *estallidos* nos últimos anos: o Peru e o Equador. Lançaremos mão da estratégia analítica de comparação pareada (COLLIER, 1993; SARTORI, 1991), que consiste em aproximar países com características similares para entender como diferentes mecanismos interagem levando a processos políticos distintos (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001). A análise comparada nos permite controlar elementos explicativos para repensar generalizações (SARTORI, 1991), além de ajudar a descrever fenômenos políticos (COLLIER, 1993). Para além da proximidade geográfica, Equador e Peru se assemelham na matriz econômica, na estrutura do mercado de trabalho e na forma de governo. A pandemia serve como um quasi-experimento (COLLIER, 1993), uma vez que tensionou as relações entre Estado, economia e sociedade – os dois países se tornaram recordistas no número de contaminações e mortes. Ao mesmo tempo, ambos os países passaram por eleições gerais na mesma data e tiveram resultados eleitorais muito diferentes: no Equador, venceu a direita estabelecida; no Peru, a esquerda *outsider*. Com as lentes da TPP e dos debates aqui trazidos, pretendemos observar como a mobilização social e a política institucional se relacionaram durante a pandemia no Equador e no Peru, produzindo resultados eleitorais díspares.

Equador: uma janela de oportunidades para os movimentos indígenas e a vitória eleitoral da direita neoliberal

Para compreender as relações entre movimentos e partidos nas eleições do Equador, é necessário abordar dois eventos importantes neste início de século. De ordem institucional, temos a Revolução Cidadã e os

As ruas e as urnas na pandemia: uma análise comparada entre as eleições no Peru e no Equador à luz do confronto político | Daniel Henrique da Mota Ferreira, Jefferson Luis Moreira Nascimento & Raul Nunes

rearranjos da Constituinte. Em termos de repertórios e ciclos de protesto, torna-se relevante discutir o *estallido* iniciado em outubro de 2019.

Após a vitória eleitoral de Rafael Correa em 2006, o país começou um processo constituinte, conhecido como a Revolução Cidadã, no qual se consolidou um novo desenho institucional, que modificou os eixos de prerrogativa do Estado equatoriano, ampliando sua capacidade e a agenda de direitos sociais (OSPINA, 2011; BARBOSA; TEIXEIRA, 2017). Em termos da arquitetura do sistema político, o mais relevante é destacar que a referida Constituição fortaleceu as prerrogativas presidenciais e reduziu a fragmentação partidária no Congresso (MELÉNDEZ; MONCAGATTA, 2017; CHALCO SALGADO, 2015). Novos institutos jurídicos foram criados para reequilibrar a disputa entre Legislativo e Executivo, como é o caso da Morte Cruzada.⁵

A partir da nova Constituição, o país viveu, até 2021, uma grande estabilidade no sistema partidário, com um único partido dominando as eleições e alguns poucos se destacando como oposição. No geral, poder-se-ia dizer que o período inaugurou três forças políticas: o correísmo, a força de apoio ao governo e suas reformas; o anticorreísmo comum às classes médias e elites; e um anticorreísmo ligado ao movimento indígena e a pautas ambientais, insatisfeito com os rumos programáticos e prejudicado por medidas de descorporativização (LALANDER; OSPINA, 2012).⁶

Além disso, três partidos merecem destaque para a análise da política contemporânea do Equador: o Alianza País (AP), o Movimiento Creando Oportunidades (Creo) e o Pachakutik (PK). O primeiro é um partido considerado de esquerda, ligado à liderança carismática de Rafael Correa. O Alianza conseguiu a maioria eleitoral de 2007 até 2017, enquanto o país era presidido por Correa, que ajudou a eleger seu sucessor, Lenín Moreno. Moreno

⁵ A morte cruzada é um mecanismo institucional inédito criado pela Constituição de 2008 do Equador, descrito nos artigos 130 e 148. O artigo 130 define o poder da Assembleia Nacional de retirar o presidente instituído com $\frac{2}{3}$ dos votos no parlamento. Da mesma forma, o artigo 148 arrola as hipóteses em que o Executivo pode dissolver a Assembleia Nacional. Após a decretação da morte cruzada são convocadas eleições gerais tanto para a presidência quanto para a Assembleia Nacional (ECUADOR, 2008).

⁶ Entre as ideias centrais defendidas pelo Aliança-País, estava a de que o Equador havia se tornado refém dos interesses de diversas corporações, as quais viam o Estado como um ente para seus interesses particulares. Seria tarefa do partido e da Revolução Cidadã mudar o foco das corporações para os cidadãos, o que significava enfrentar os militares e os setores empresariais, mas também sindicatos e organizações indígenas (LALANDER; OSPINA, 2012).

aos poucos foi se afastando de Correa, tanto no entendimento das políticas econômicas a serem adotadas, quanto na relação pessoal, acusando o ex-presidente de corrupção e autoritarismo. A segunda força que merece destaque é o Creo, fundado em 2012. Liderada pelo empresário Guillermo Lasso, a agremiação de direita se tornou a principal força de oposição ao correísmo a partir de 2013, ainda que com resultados eleitorais muito inferiores aos da AP.

Por fim, salientamos o partido-movimento Pachakutik, braço político dos movimentos indígenas organizados equatorianos. O PK foi criado em 1995 e é fruto do acúmulo de experiências obtidas a partir da própria organização indígena, que já contava com um órgão central de articulação dos movimentos: a Confederación de las Nacionalidades Indígenas de Ecuador (Conaie), criada em 1986. O partido emerge em uma década de intensas e violentas mobilizações indígenas, como parte da expansão da articulação das nações indígenas com os problemas campestres pelos quais passavam os cidadãos da serra (OSPINA, 2000). Assim, na gênese do partido, para além da base indígena, houve o apoio de diversos movimentos sociais interessados na pauta redistributiva. Não se espanta com isso que já nas primeiras eleições de 1996 tiveram um papel relevante em nível nacional, obtendo 20% dos votos.

As diferenças entre o correísmo e o PK são relevantes para a configuração dos movimentos sociais equatorianos. Como dito, o movimento indígena já havia se tornado um ator político relevante e optado pela estratégia eleitoral de se mobilizar na forma partidária. Isso ocorreu, em grande parte, porque não havia capilaridade a tais demandas entre os partidos e candidatos anteriores. Com os diversos ganhos políticos da Carta Magna de 2008, o movimento centra sua atenção nas disputas contra as mineradoras e na garantia das suas pautas culturais, entrando em rota de colisão com o governo. Correa criminalizou muitos de seus repertórios de ação, sob a justificativa de que cometiam atos terroristas (ROCHA; CERVANTES, 2013; BORJA MUÑOZ, 2020). Dentre os principais adversários do correísmo nesse campo, estava aquele que viria a ser candidato à presidência em 2021: Yakú Pérez.

O conflito socioambiental escalava acompanhando a própria tibieza do modelo neoextrativista equatoriano, cuja dependência da exportação de *commodities* levou a um sério revés na segunda década do século XXI, especialmente a partir de 2014, quando esses ativos perderam força no mercado internacional. A volatilidade do mercado internacional trouxe impactos diretos no voto (CAMPELLO; ZUCCO JÚNIOR, 2016), manifestado no aumento da oposição e na mudança de linha de Lenin Moreno em relação ao seu predecessor. No dia 1º de outubro de 2019, Moreno propôs o chamado *paquetazo*, por meio do qual buscava promover um choque de mercado para aliviar as contas do Estado, com vistas a conseguir empréstimos junto ao FMI. Uma das principais medidas implementadas foi o fim das isenções aos preços dos combustíveis, o que levou a uma disparada dos preços de alimentos e do próprio transporte. Além dessa medida, o *paquetazo* incluía a redução do tempo de férias e a perda de um salário mensal ao ano (FERREIRA; RODRIGUEZ, 2020).

As adversidades no âmbito da economia e as medidas que se buscou adotar para combatê-las resultaram em uma crise de hegemonia do governo Moreno, que não conseguiu manter a legitimidade aos olhos dos setores populares – especialmente as organizações trabalhistas e os movimentos indígenas, que possuem um histórico advindo do passado campesino de insurgências contra a disparada dos preços (ACOSTA, 2019). Abriu-se um novo ciclo de protestos, cujo momento de maior intensidade se deu em outubro de 2019. A virulência da mobilização levou à invasão do Palácio de Carondelet, sede do governo equatoriano, e à transposição da capital para Guayaquil durante os 10 dias mais turbulentos das manifestações. O protesto se encerrou com um acordo em rede nacional, mediado pela Igreja Católica e pela ONU. As lideranças indígenas Jaime Vargas, presidente da Conaie à época, e Leonidas Iza Salazar, liderança do movimento campesino do Cotopaxi, legitimaram-se como as figuras de destaque dessas mobilizações. Nesse processo, organizações trabalhistas, principalmente a Frente Unitária de Trabajadores e a Unión Nacional de Educadores (UNE), intensificaram seus laços junto à Conaie.

Em março do ano seguinte, a pandemia se tornou um problema global, ainda com o país discutindo diversas consequências das mobilizações ocorridas meses atrás. Todas as atenções se voltaram para a crise sanitária no primeiro momento porque, nos primeiros meses, o país chegou a ter a segunda maior taxa de mortes por Covid-19 no mundo. O impacto no imaginário social equatoriano foi tremendo. Em Guayaquil, primeiro epicentro do vírus no Equador, viam-se tétricas imagens de caixões carregados nas ruas (AFP, 2020).

Para lidar com a crise sanitária, o governo lançou mão de medidas de controle da população. Em março de 2020, o governo começa o processo de distanciamento social, fechando escolas e impondo quarentena a quem chegasse nos aeroportos. Ato contínuo, Moreno decretou toque de recolher. A província de Guaias, onde se localiza Guayaquil, foi declarada Zona Especial, ficando a cargo das Forças Armadas.

Os efeitos também foram sentidos na área econômica. Em um ano de pandemia, a pobreza aumentou em 35%, o que representou um retrocesso de dez anos nos índices equatorianos (EFE, 2021) e a insegurança alimentar grave aumentou em 3,9% de acordo com dados da FAO e agências parceiras (FAO et al., 2021). Sob a justificativa do cenário calamitoso, Lenin Moreno e sua coalizão do Alianza País, agora já sem o correísmo, tomaram uma série de medidas que visavam flexibilizar a legislação trabalhista e garantir um alívio econômico para o empresariado, o que provocou forte oposição dos setores populares.

Como resultado, em março do mesmo ano, os movimentos populares, como a Conaie, Frente Unitaria de Trabajadores (FUT) e a Frente Popular, Federación de Estudiantes Universitarios de Ecuador (Feue) começaram a se manifestar contrariamente à posição de Lenin. Sob o impacto do vírus, no entanto, as ruas não conseguiam manter a intensidade vista no ano anterior. Pode-se afirmar, portanto, que o saldo inicial da pandemia tornou o custo das mobilizações sociais muito maior, o que implicou em dificuldades de usar os repertórios de contestação que envolviam as ruas.

O governo Lenin Moreno, por sua vez, tinha pouca capacidade de conseguir trazer alívios econômicos ou buscar outros caminhos para

restabelecer o consenso já desgastado desde o ano anterior. Isso ficou evidente com a renúncia de seu vice-presidente Otto Sonnenholzner e com a queda de María Paula Romo, ministra do governo e pessoa de confiança de Moreno. Na saúde, o governo encontrou outro gargalo. Moreno teve cinco ministros na pasta do começo da pandemia ao fim do governo e teve que lidar com um escândalo de corrupção, o *vacunagate* equatoriano, que culminou com a queda do ministro Juan Carlos Zevallos.

O cenário significava que o Alianza País, desprovido de seu principal líder, Correa, e dada a fragilidade do atual presidente, não teria grandes chances na eleição. Por outro lado, o Conselho Nacional Eleitoral suspendeu o movimento político Fuerza Compromiso Social, ligado ao ex-presidente. Como alternativa, Correa lançou-se como vice pela coalizão Unión por la Esperanza (Unes), tendo André Arauz, do Centro Democrático, como candidato a presidente, mas teve sua candidatura negada pela justiça. Dessa maneira, Correa, líder histórico desde a constituinte, encontrava-se neutralizado e o Unión por la Esperanza, a coalizão de Arauz, ficava sem um líder.

Com a crise de hegemonia, as condições para a mobilização se ampliaram e facilitaram sua entrada na arena institucional. Nos idos de julho, o movimento campesino lançou seu candidato, Richard Intriago. Aproveitando o sucesso do movimento em práticas de segurança alimentar – como em complexas trocas alimentares entre províncias, conhecida como *gran trueque* –, acreditavam ser possível ganhar apoio eleitoral para os campesinos, mas disputas internas com o partido escolhido levaram à desistência da candidatura. Também em meados de julho, o Parlamento de los Pueblos – composto por dezenas de organizações, dentre elas a Conaie – atualizou suas propostas antineoliberais para a pandemia. A iniciativa *Minga por la vida* trazia como um dos eixos uma forte tributação sobre milionários e grandes empresas equatorianas. Devido à heterogeneidade dos movimentos que participavam do Parlamento, como no caso de organizações de trabalhadores e sindicatos, as propostas deviam ser apresentadas a qualquer candidato interessado. Ainda assim, os principais partidos próximos ao Parlamento eram o Pachakutik (PK) e o Unidad Popular (UP).

O UP declarou que iria em aliança com o PK e dentro dela estavam dirigentes de algumas das principais organizações trabalhistas, como a FUT e a UNE, já com laços mais estreitos com o movimento indígena. Assim, o grupo declarou apoio ao candidato a ser escolhido pelo Pachakutik. O PK, por sua vez, referendou Yaku Pérez como candidato no final do mês, deflagrando reações da Conaie, que queria respaldar as candidaturas das figuras de destaque dos protestos de 2019: Jaime Vargas e Leonidas Salazar. Após o imbróglio inicial, Salazar e Vargas desistiram das candidaturas em nome de Yaku Pérez a fim de manter a unidade do movimento e respaldaram como candidata a vice a cientista e ambientalista Virna Cedeño.⁷

Embalado pela instabilidade partidária e pelo fato de o movimento indígena ter sido a principal força de oposição a ter expressão nas ruas em 2019, o PK conseguiu seu melhor resultado eleitoral da história. Pérez por pouco não alcança o segundo turno, perdendo a posição para Guillermo Lasso por uma diferença de décimos percentuais (19,38% contra 19,74%). Apesar da derrota para Lasso, o PK saiu fortalecido em termos políticos: além da projeção nacional de seu líder, o partido se tornou a segunda maior bancada da Assembleia Nacional, com 27 cadeiras. Esse foi seu melhor desempenho eleitoral na história, considerando ainda que desde a constituinte o partido havia obtido entre quatro e cinco cadeiras no congresso, às vezes em coalizão partidária. Em termos de bancada, ficou atrás apenas da Unión por la Esperanza, a qual obteve 49 assentos.

Apesar da consistência que o correísmo parecia ter nos resultados demonstrados no primeiro turno mesmo sem seu líder, os atos seguintes ao primeiro turno demonstram que sua posição era mais frágil do que se pensava para a disputa do segundo turno. Lasso conseguiu costurar uma coalizão com o quarto colocado nas eleições, o Izquierda Democrática (ID), e outros seis partidos, ao passo que o Pachakutik e o movimento indígena optaram por não apoiar nenhuma das candidaturas.

A decisão mostrou também as tensões entre o apoio a pautas redistributivas, que estaria atrelado ao posicionamento de Arauz, com a

⁷ Sobre esse episódio ver a cronologia do Equador nas edições III e IV do *Comunica América Latina*.

As ruas e as urnas na pandemia: uma análise comparada entre as eleições no Peru e no Equador à luz do confronto político | Daniel Henrique da Mota Ferreira, Jefferson Luis Moreira Nascimento & Raul Nunes

posição indígena de confrontação em torno à pauta socioambiental. Jaime Vargas foi expulso da Conaie após declarar apoio a Arauz, e a ambientalista Virna Cedeño foi expulsa do partido ao apoiar Lasso. Assim, o aumento do voto nulo nas regiões da selva, em relação ao primeiro turno, marca o interessante efeito de sobreposição de práticas de movimento e partido na política equatoriana (SANDOVAL, 2021).

Empregando novas estratégias de comunicação e um discurso mais moderado, Lasso consegue sua primeira vitória eleitoral contra o correísmo e se elege presidente do Equador. Fato é, no entanto, que havia uma discrepância enorme entre o número de cadeiras do Creo (13) no Congresso e o número de cadeiras do Unión por la Esperanza (49). O Creo estava com apenas a sexta maior bancada, o que parece demonstrar que o voto em Lasso não marcava uma afinidade ideológica maior com sua figura e sim a força política do anticorreísmo. Patente dessa situação é o apoio do Creo à candidatura de Guadalupe Lori, do PK, para presidente do Congresso, impedindo assim o fortalecimento do correísmo. Todavia, tal estratégia não evita o domínio da oposição no Congresso, o que se traduz em uma largada tensa e a ameaças recíprocas do uso do mecanismo de Morte Cruzada.⁸

Acompanhando as eleições, portanto, o que observamos é um cenário de abertura de oportunidades políticas aos movimentos sociais, principalmente o indígena. Percebemos que muitos dos problemas no Equador já haviam sido colocados antes da pandemia; contudo, a crise sanitária agravou o descontentamento social com a política tradicional e, ao mesmo tempo, reduziu as ações nas ruas, o que acirrou as disputas no campo institucional, no qual os movimentos mais organizados têm maior protagonismo político. Desse modo, poderíamos dizer que a pandemia intensificou e agudizou conflitos sociais que já estavam postos, sem, no entanto, construir uma nova clivagem que fosse importante para a disputa política.

Peru: a contestação do sistema político e a eleição de um outsider

⁸ Em maio de 2023, Guillermo Lasso fez uso deste mecanismo institucional, abreviando seu mandato e o do parlamento e demonstrando, com isso, as próprias dificuldades na gestão de uma coalizão antagonista uma vez no poder.

O principal marco explicativo da história recente do Peru é a chegada de Alberto Fujimori ao poder no ano de 1990. Em uma década de comando, o ditador redefiniu as bases econômicas, políticas e sociais do país, consolidadas na Constituição de 1993. No âmbito econômico, o modelo neoliberal congregou altos níveis de crescimento do PIB com altas taxas de trabalho informal. Ao mesmo tempo em que controlou a hiperinflação, promoveu privatizações e reduziu a capacidade do Estado de atender aos problemas sociais para além das políticas focalizadas. Por fim, reforçou o extrativismo, sobretudo a mineração.

Na política, o regime fujimorista terminou por desorganizar o sistema partidário peruano, fragilizando os partidos e tornando-os veículos transitórios para alçar candidaturas. Com o sentimento antipolítico fomentado por Fujimori e sua incontestada hegemonia, as lideranças foram desencorajadas de apostar em partidos sólidos e de buscar uma posição de confronto direto com o mandatário (TANAKA, 2005). Assim, o Partido Popular Cristiano, o Alianza Popular Revolucionaria Americana (Apra), o Izquierda Unida e o Acción Popular, os quatro principais partidos dos anos 1980, perderam capacidade de articulação nacional e tiveram resultados eleitorais muito frágeis e voláteis em eleições sucessivas (LEVITSKY; CAMERON, 2003). Mesmo no caso do fujimorismo, foi notável a criação e o abandono de quatro partidos ao longo da vigência do regime — tática depois replicada por opositoristas.

Em se tratando das mobilizações sociais, destaca-se o enfraquecimento das guerrilhas, especialmente do Sendero Luminoso, o que trouxe para o debate público peruano a ênfase no discurso da ordem, a criminalização dos protestos e a associação da esquerda ao terrorismo. Nos anos 1990, houve um recuo dos movimentos sociais, com maior atuação de ONGs transnacionais e ainda um “participacionismo” sequestrado pelo fujimorismo. Já no contexto pós-fujimorista, destacam-se dois grupos de mobilização: o primeiro organizado em torno de questões setoriais, com linguagem de esquerda e estrutura sindical; e o segundo constituído pelas populações engajadas contra o extrativismo, com apelo à valorização étnica e defesa dos recursos naturais, bem como organização de caráter territorial

As ruas e as urnas na pandemia: uma análise comparada entre as eleições no Peru e no Equador à luz do confronto político | Daniel Henrique da Mota Ferreira, Jefferson Luis Moreira Nascimento & Raul Nunes

(DURAND GUEVARA, 2014). Nesse quadro político de democracia sem partidos que se mantém até hoje, as organizações sociais e partidárias estabeleceram diferentes tipos de relações entre si (LEVITSKY; CAMERON, 2003; TANAKA, 2005).

As associações e os sindicatos têm mantido vínculos com os partidos de esquerda e em períodos eleitorais costumam apresentar suas lideranças como candidatos nesses grupos, enquanto as populações e comunidades afetadas pela expansão extrativista ensaiam outras alianças e abordagens com atores políticos. A ênfase na participação e consulta, assim como a desconfiança dos atores políticos, são algumas características que marcam esta etapa, que dá lugar a encontros e distanciamentos que dão o tom para novos desafios (DURAND GUEVARA, 2014, p. 69, tradução nossa).

Em termos de protestos de grande escala, destaca-se a *Marcha de Los Cuatro Suyos*, que tomou as ruas do Peru para contestar a terceira eleição de Fujimori no ano de 2000, após um escândalo de compra de apoio parlamentar por parte do ditador, que acabou fugindo do país. A transição democrática, não obstante, foi marcada por mais continuidades do que rupturas (BOCANEGRA; ROUSSEAU, 2020). A estabilidade macroeconômica foi mantida nos anos subsequentes, assegurada pela manutenção da hegemonia neoliberal e do modelo extrativista.

Nenhum dos governos até hoje foi capaz de contestar os marcos da Constituição de 1993, que continua vigente (MONTE, 2018). Nem Alejandro Toledo, eleito em 2001, após se tornar uma peça central na luta pela democracia. Nem Alan García, líder do APRA, partido que teve um papel histórico de canalizar certas demandas dos setores populares, mas que, ao voltar ao poder em 2006, frustrou seus apoiadores. Nem mesmo Ollanta Humala, que se elegeu em 2011 proclamando um discurso de rechaço ao neoliberalismo, mas que terminou por seguir a mesma fórmula dos demais.

A eleição de 2016, contudo, é um ponto de inflexão. Não por ter representado qualquer ruptura com o modelo econômico, mas por ter instaurado uma crise prolongada na política peruana. Um dos fatores que explicam a crise política é o fortalecimento do fujimorismo, liderado pela filha do ex-ditador, Keiko Fujimori, que por seguidas vezes ficou próxima de vencer a eleição presidencial. Disso decorre que a disputa na política peruana é travada entre o fujimorismo, agora convertido no partido *Fuerza Popular*, e o

As ruas e as urnas na pandemia: uma análise comparada entre as eleições no Peru e no Equador à luz do confronto político | Daniel Henrique da Mota Ferreira, Jefferson Luis Moreira Nascimento & Raul Nunes

antifujimorismo, uma identidade política negativa capaz de aglutinar setores da centro-direita e da esquerda numa espécie de veto à volta dos Fujimori (MELÉNDEZ, 2019).

Eleito em 2016 por uma margem estreita e sem poder formar maioria no Congresso, Pedro Pablo Kuczynski primeiro fez concessões ao fujimorismo e depois terminou derrubado pelo parlamento de maioria fujimorista em 2018. PPK foi sucedido pelo seu segundo vice-presidente, Martín Vizcarra, que embarcou numa relação fratricida com o Congresso e acabou por dissolvê-lo, nos termos constitucionais, em 2019, convocando novas eleições para janeiro de 2020. A nova configuração parlamentar saída das urnas trouxe uma derrota fragorosa para o fujimorismo, que terminou empatado com uma seita religiosa como terceira força partidária.

Esse acontecimento tem como causa não só a postura obstrucionista do partido de Fujimori, mas principalmente o avanço da Lava Jato sobre o sistema político peruano. Derivada da operação brasileira de combate à corrupção, o caso Odebrecht, como é conhecido no país, atingiu os ex-presidentes Toledo, García, Humala e Kuczynski, além de Keiko Fujimori. A operação também inseriu a corrupção na agenda da opinião pública e pautou as relações de enfrentamento entre Vizcarra e o Congresso, levando à aprovação de leis para a proibição da reeleição de congressistas e o fim da imunidade parlamentar.

A reorganização das forças políticas no Peru veio pouco tempo antes da chegada da pandemia de Covid-19. Com a declaração do caráter pandêmico pela OMS, o governo peruano decretou estado de emergência no dia 15 de março de 2020, impondo quarentena obrigatória. Embora o governo tenha levado a doença a sério, imposto medidas restritivas e fornecido auxílios financeiros, em diversos momentos o país figurou entre os campeões no número de casos e mortes, e ostenta até hoje a maior taxa de mortalidade por Covid-19 do mundo (BOCANEGRA; ROUSSEAU, 2021).

A importância dada à pandemia contrasta com a capacidade do Estado peruano de atingir as populações mais vulneráveis (VERGARA, 2020). A saúde pública não foi capaz de absorver a demanda crescente por internações e a população viveu de forma constante a falta de oxigênio para enfermos, com o

As ruas e as urnas na pandemia: uma análise comparada entre as eleições no Peru e no Equador à luz do confronto político | Daniel Henrique da Mota Ferreira, Jefferson Luis Moreira Nascimento & Raul Nunes

emblemático comércio de balões de oxigênio nas praças públicas (PIEPER, 2020). No âmbito econômico, vale ressaltar que, no começo da pandemia, menos de 40% da população possuía conta bancária, o que tornou custoso o acesso aos auxílios sociais. Além disso, mais de 70% dos trabalhadores estavam na informalidade,⁹ sem acesso a direitos trabalhistas e à possibilidade de ficar em casa, o que se traduziu nos milhares de ambulantes peregrinando por Lima enquanto eram brutalmente reprimidos pela polícia (EFE, 2020). De acordo com a Cepal (2021), o Peru sofreu uma queda no PIB de 12,9% em 2020, a segunda maior da América Latina, atrás apenas da Venezuela.

O agravamento das desigualdades sociais e a incapacidade do Estado de atender às demandas da população fizeram com que proliferassem ações de solidariedade.¹⁰ Vizinhanças periféricas se organizaram em torno das *ollas comunes* (panelas comunitárias), arrecadando doações e preparando refeições para as famílias mais necessitadas. O aumento da fome também foi denunciado, seja em postagens nas redes sociais, painelaços pelas cidades e bandeiras brancas estiradas nas casas. Organizações locais e eclesiásticas promoveram ações de arrecadação para a compra de geradores e balões de oxigênio.

Somados a essas iniciativas, diversos grupos se puseram em mobilização para reivindicar ações governamentais. Houve mobilizações em favor da proteção das populações indígenas, da preservação do meio ambiente e dos direitos das trabalhadoras domésticas. Além disso, ocorreram manifestações contrárias à repressão policial nos protestos de rua, à atuação de empresas mineradoras, à precariedade do sistema de saúde, à demissão em massa de trabalhadores no setor de limpeza urbana em Lima e contra o decreto anunciado pelo presidente que facilitava a suspensão de contratos trabalhistas.

Em julho de 2020, foi decretado o fim da quarentena, permanecendo em vigor apenas medidas para restringir aglomerações, promover o

⁹ Os dados sobre bancarização e informalidade estão em Vergara (2020).

¹⁰ A descrição pormenorizada das mobilizações consta nas edições do *Comunica América Latina*, conforme anteriormente referenciado.

distanciamento social e manter a obrigatoriedade do uso de máscaras. Esse novo capítulo da pandemia veio com uma nova crise política no país: o parlamento negou o voto de confiança ao gabinete conformado pelo presidente em meio a críticas pela ausência de diálogo por parte do Executivo. Apesar de ter novo gabinete aprovado ainda em agosto, o conflito entre os poderes escalou e, em novembro, após uma segunda tentativa, o Congresso aprovou uma moção de vacância para destituir Vizcarra da presidência.

Sem membros do Executivo na linha sucessória, o presidente do Congresso, Manuel Merino, foi alçado à presidência da República. Esse processo foi visto como um golpe parlamentar perpetrado por um Legislativo irresponsável e corrupto, o que resultou em um ciclo de protestos iniciado já na noite da vacância, no dia 9 de novembro de 2020. Os protestos continuaram por todo o país nos dias seguintes, com adesão crescente e reiterada repressão policial. Com pauta fortemente destituente, os manifestantes criticavam o Congresso, entoavam “*Merino no me representa*” e pediam #*QueSeVayanTodos* nas redes sociais. Além da indignação nas redes e nas ruas, a mobilização contra Merino contou com bicicletões e painéis. Uma grande marcha nacional tomou o país no dia 12 e outra no dia 14, conformando o maior ciclo de protestos do país depois da grande marcha contra Alberto Fujimori em 2000.

Na madrugada do dia 14, a repressão policial produziu desta vez não só presos e feridos, mas também dois mortos: os jovens Inti e Brian. A opinião pública, que em geral se pôs contra a vacância e a favor dos protestos, passou a considerar insustentável a permanência de Merino no cargo (Giraldo; Varela, 2021). No dia seguinte, renunciaram tanto o presidente quanto a mesa diretora do Congresso. O Peru foi dormir no dia 15 de novembro sem comando devido à dificuldade parlamentar de chegar a um consenso. No dia 16, o Congresso enfim atendeu ao clamor popular e escolheu dois parlamentares que haviam votado contra a vacância: Francisco Sagasti (Partido Morado) como presidente da República e Mirtha Vasquez (Frente Amplio) como presidenta do Congresso.

É importante ler o ano de 2020 como um momento de “quebra da continuidade” (BOCANEGRA; ROUSSEAU, 2021). Por um lado, as

As ruas e as urnas na pandemia: uma análise comparada entre as eleições no Peru e no Equador à luz do confronto político | Daniel Henrique da Mota Ferreira, Jefferson Luis Moreira Nascimento & Raul Nunes

adversidades impostas pela pandemia evidenciaram as fragilidades do modelo neoliberal alicerçado pela Constituição de 1993. Segundo Ilizabre (2021, p. 290, tradução nossa), “as consequências [da crise sanitária] catalisaram de forma decisiva a quebra do relato neoliberal no Peru, que era imaginado como um eterno crescimento econômico.” Por outro lado, o *estallido* rompeu, ainda que temporariamente, o padrão de reivindicações muito focalizadas, desarticuladas e dispersas no território nacional, que predominava desde a *Marcha de los Cuatro Suyos* no ano 2000 (BOCANEGRA; ROUSSEAU, 2021).

A reconfiguração dos poderes sob a presidência de Sagasti serviu para pôr em suspenso a crise política iniciada em 2016, mas não estancou as demandas sociais. Em novembro de 2020 teve início o *Paro Agrario*, uma movimentação iniciada por trabalhadores rurais que clamavam por melhores condições trabalhistas e pediam a revogação da Lei de Promoção Agrária. As greves, os protestos e os bloqueios de estradas seguiram por várias regiões até que a repressão policial levou à morte de Jorge Munõz e Mario Fernández. No fim de dezembro, o *Paro* finalmente conseguiu a revogação da lei e a votação de um novo texto para a regulamentação do trabalho rural.

Os conflitos com as mineradoras também se mantiveram em ebulição em diversas localidades, tendo como pauta a reivindicação de direitos, a demanda por reparação e o rechaço às contaminações. Além disso, a esquerda organizada foi às ruas em prol de uma Assembleia Constituinte e o coletivo *Somos2074y+* pediu por justiça no julgamento de Alberto Fujimori pelas esterilizações forçadas durante a ditadura. Este caso reavivou o sentimento antifujimorista pouco tempo antes das eleições gerais. Do mesmo modo, enquanto se formava uma nova onda de Covid-19, veio à tona o escândalo peruano do *Vacunagate*, em que diversos membros do governo, incluindo o ex-presidente Vizcarra, teriam se vacinado de maneira secreta enquanto testes eram realizados no país. O escândalo serviu para acentuar a crise de legitimidade do sistema político peruano, o que viria a se refletir na eleição.

No primeiro turno, realizado em 11 de abril de 2021, os dois candidatos que mais receberam votos foram Pedro Castillo (Perú Libre), com 18,9%, e Keiko Fujimori (Fuerza Popular), com 13,4%. Logo atrás ficaram o ultraconservador Rafael López Aliaga (Renovación Popular), com 11,7%, e o

ultraliberal Hernando de Soto (Avanza País), com 11,6%. Verónica Mendoza (Juntos por el Perú), uma destacada liderança de esquerda apoiada por diversos movimentos sociais, terminou em 5º, com 7,9% dos votos. Todos os demais candidatos, incluindo o ex-presidente Humala e os nomes apoiados por Sagasti e Vizcarra, atingiram menos de 3% dos votos. Esses números, mais uma vez, atestam a fragilidade e volatilidade dos partidos peruanos, além de apontar para um possível esgotamento da disputa organizada unicamente em torno de lideranças populares, uma vez que nenhum candidato foi capaz de angariar sozinho parcela significativa dos votos.

A conformação do Congresso em muito repetiu a disputa presidencial: dos 130 assentos, o Perú Libre conquistou 37 e o Fuerza Popular, 24. Partidos radicais de direita conseguiram eleger ainda 28 representantes. À esquerda, o Juntos por el Perú elegeu apenas 5 representantes, dentre os quais a sindicalista Isabel Cortez, do Sindicato de Trabajadores Obreros/as de Limpieza Publica de Lima (Sitobur), que viu, agora como congressista eleita, a aprovação da lei que proíbe a terceirização dos serviços de limpeza pública.

O caso do Perú Libre é peculiar por uma série de motivos. Primeiro, porque o partido se denomina “marxista-leninista-mariateguista”. Segundo, porque essa foi a primeira vitória do partido em eleições nacionais. Terceiro, porque parte considerável dos congressistas eleitos era de professores do ensino básico convidados para concorrer pelo partido – isto é, não filiados. Na verdade, o próprio candidato presidencial Pedro Castillo era professor do ensino básico e não possuía trajetória no PL antes de ser convidado a concorrer pelo partido. Castillo ficou conhecido nacionalmente ao liderar uma greve de professores em 2017. Após tentar, sem sucesso, criar um partido magisterial, aceitou concorrer pelo Perú Libre. A sua candidatura, porém, foi marcada por improvisos, seja pela falta de experiência de Castillo na vida partidária, seja pela própria estrutura partidária precária do PL e a falta de quadros preparados.

Ao longo do debate eleitoral, foram temas centrais a pandemia, o modelo econômico e a corrupção. No segundo turno, porém, a eleição se polarizou outra vez entre fujimorismo e antifujimorismo, com novas conotações. Entre os apoiadores de Fujimori, predominou a visão de que o

As ruas e as urnas na pandemia: uma análise comparada entre as eleições no Peru e no Equador à luz do confronto político | Daniel Henrique da Mota Ferreira, Jefferson Luis Moreira Nascimento & Raul Nunes

outro lado representava o autoritarismo, o comunismo, o terrorismo e o caos econômico. Entre apoiadores de Castillo, foi preponderante o rechaço à ditadura Fujimori, mas também a crítica à postura obstrucionista e golpista do fujimorismo nos últimos anos, bem como ao envolvimento de Keiko em casos de corrupção.

Após a votação no dia 16 de junho, semanas se passaram até a apuração final, que apontou Castillo como presidente eleito por uma margem estreita: 50,13% dos votos. Keiko Fujimori se pôs então numa cruzada contra a “fraude eleitoral”, discurso que ecoou entre a extrema-direita e teve abertura na imprensa, apesar de ter sido duramente rechaçado por organismos nacionais e internacionais, que avalizaram o processo eleitoral. “*Respeto Mi Voto*” se converteu em um lema disputado por ambos os lados, que estiveram mobilizados em protestos de rua e campanhas virtuais: o fujimorismo alegava que uma fraude massiva teria subvertido a vitória de Fujimori, enquanto o antifujimorismo pedia respeito ao resultado eleitoral e, especialmente, aos eleitores mais pobres e moradores das regiões rurais. Por fim, Castillo foi empossado presidente, mas o Peru do bicentenário saiu das eleições profundamente polarizado, tanto na disputa ideológica, quanto na divisão entre Lima e regiões, pobres e ricos.

Comparando os casos: o veto ao correísmo e ao fujimorismo como o motor das disputas político-eleitorais

Como vimos, a pandemia da Covid-19 atingiu fortemente o Equador e o Peru, acentuando as clivagens sociais, étnico-raciais e geográficas existentes nos dois países. O medo de contrair a doença e as medidas de isolamento adotadas provocaram um recuo nas mobilizações de rua nos primeiros meses, levando os equatorianos e os peruanos, inicialmente, a utilizar outros repertórios de ação. Contudo, a fragilidade do Estado em prover o mínimo de assistência à população, aliada ao alto índice de informalidade, fez com que a fome, para muitos, se tornasse um fantasma mais aterrorizante do que o próprio vírus.

Com o passar dos dias, surgiram diversas iniciativas de solidariedade, como as *ollas comunes* e os *trueques*, bem como protestos nas redes e nas ruas contestando a maneira pela qual os governos lidavam com a crise

sanitária. É bem verdade, contudo, que no Equador a temperatura das ruas já estava alta antes mesmo da pandemia, o que ficou evidente com o *estallido* de novembro de 2019 contra as reformas neoliberais de Lenín Moreno. Já no Peru, as adversidades impostas pelo cenário caótico interromperam o período de crescimento sustentado do PIB, abrindo assim uma janela de oportunidades para o questionamento da política tradicional. O *estallido* de novembro de 2020 foi o resultado da sedimentação de um conjunto bastante heterogêneo de lutas segmentadas e uma articulação mais ampla em torno da indignação. Os escândalos de acesso privilegiado à vacinação contra a Covid-19 por parte de autoridades, em ambos os países, serviram para reforçar esse sentimento de rechaço aos políticos tradicionais.

No ano de 2021, em plena pandemia, os dois países tiveram eleições gerais e, apesar de todas as semelhanças assinaladas acima, os resultados das disputas presidenciais foram bastante distintos. No Equador, venceu Guillermo Lasso, um político tradicional de plataforma neoliberal, em dissonância com os apelos vindos das ruas; enquanto no Peru, elegeu-se Pedro Castillo, um *outsider* vinculado a uma legenda marxista que propunha mudanças radicais, incluindo a elaboração de uma nova Constituição. Como isso foi possível?

Em primeiro lugar, é importante destacar que esses resultados eleitorais têm menos a ver com as propostas dos candidatos vencedores e mais com a rejeição aos seus concorrentes diretos no segundo turno. Tanto o fujimorismo quanto o correísmo, enquanto forças organizadoras da política em cada país, atraem ampla rejeição, o que possibilita a grupos de diferentes matrizes ideológicas articular-se para exercer um poder de veto eleitoral aos representantes dessas forças no cenário nacional.

Na política peruana, a principal força política é o fujimorismo, que, embora não tenha conseguido eleger nenhum presidente desde o fim do governo de seu mentor, em 2000, ainda exerce um papel central nas disputas políticas nacionais. Os desgastes gerados pelas violações dos direitos humanos e pelos escândalos de corrupção nos anos 1990 são ainda rememorados pelos grupos antifujimoristas, fazendo com que a candidata Keiko Fujimori perdesse três eleições presidenciais consecutivas no segundo

turno, sempre por uma margem bastante estreita. No pleito de 2021, esse rechaço beneficiou o candidato Pedro Castillo, que, como dissemos, é um ator alheio ao sistema partidário e foi eleito por um partido de esquerda.

No Equador, a grande força é o correísmo, vinculado ao ex-presidente Rafael Correa, que governou o país entre 2007 e 2017, seguindo uma agenda progressista. A despeito de ter havido avanços importantes na redistribuição de renda, na redução da pobreza e no reconhecimento de direitos de grupos historicamente marginalizados, ocorreram atritos que deixaram marcas na sociedade, devido ao aprofundamento do extrativismo e às medidas voltadas a “descorporatizar” o Estado. Guilherme Lasso, com sua plataforma neoliberal, foi quem colheu os frutos do rechaço ao correísmo, ao disputar o segundo turno com o ex-ministro do governo de Correa, Andrés Arauz.

Embora ambos os sistemas partidários apresentem algum nível de instabilidade, podemos afirmar que, comparativamente, no Equador, os partidos não são tão voláteis como no Peru. No pleito presidencial, o anticorreísmo se cristalizou em dois partidos políticos, o Creo e o PK, bastante atuantes no debate público, o que reduziu as possibilidades de um político não tradicional emergir com força na disputa. Já no Peru, desde a ditadura fujimorista os partidos possuem pouca representatividade no debate público, sendo utilizados mais como um veículo que impulsiona os interesses de suas lideranças do que como um meio pelo qual setores específicos da sociedade podem apresentar suas demandas ao Estado. Esse cenário de “democracia sem partidos” fez com que o antifujimorismo não pudesse ser canalizado de forma mais institucionalizada, em torno de atores políticos consolidados, como ocorreu com o anticorreísmo.

No caso equatoriano, chama a atenção também a atuação do movimento indígena, que além de ter uma organização própria, a Conaie, que exerce grande influência nas disputas políticas nacionais, conseguiu formar um partido, o Pachakutik. Os povos originários foram um dos grupos sociais mais fortemente atingidos pelas decisões do governo de Correa com o objetivo de aprofundar o modelo extrativista – por afetar os seus territórios e os seus modos de vida – e de desarticular as associações coletivas. O ressentimento com o correísmo, por um lado, ajudou a fortalecer a organização interna, o

As ruas e as urnas na pandemia: uma análise comparada entre as eleições no Peru e no Equador à luz do confronto político | Daniel Henrique da Mota Ferreira, Jefferson Luis Moreira Nascimento & Raul Nunes

que resultou em uma votação histórica do PK, cujo candidato, Yaku Pérez, por muito pouco não avançou para o segundo turno. Por outro lado, esse cenário levou a Conaie a adotar uma posição de neutralidade na disputa entre Arauz e Lasso, o que pavimentou o caminho para a derrota do projeto progressista.

O movimento indígena no Peru, por sua vez, não possui o mesmo capital político no que tange às disputas políticas nacionais. A despeito de apresentarem historicamente uma atuação vigorosa em defesa de seus direitos, as organizações dos povos originários que habitam o território peruano não obtiveram êxito em articular suas diferentes demandas em torno de um partido indígena com capilaridade em todo o país, como ocorreu no Equador. Xavier Albó argumenta que um dos principais fatores que explicam essa diferença é o fato de a capital peruana estar na costa, diferentemente da capital equatoriana, que está localizada nos Andes – isso é relevante, porque nos dois países os movimentos étnicos se concentraram inicialmente na serra. Com isso, a proximidade da sede do governo nacional em Quito fez com que as demandas indígenas conseguissem angariar o apoio de outros grupos sociais, estabelecendo alianças mais amplas, à diferença de Lima (ALBÓ, 2009). Essa interpretação de cunho geográfico, entretanto, não deve ser tomada como definitiva e, por isso mesmo, enseja um estudo mais detido sobre os movimentos indígenas e o sistema político nos dois países.

Conclusão

Neste artigo, discutimos os motivos pelos quais as diversas lutas sociais existentes no Equador e no Peru nos últimos anos produziram resultados eleitorais distintos. No Equador, elegeu-se um político tradicional representante da direita neoliberal, em total dissonância com as propostas advindas das ruas, sobretudo no contexto do *estallido* de 2019. Já no Peru, o presidente escolhido após o ciclo de protestos de 2020 foi um *outsider* vinculado a um partido autointitulado marxista.

Por meio de um diálogo crítico com a Teoria do Processo Político, buscamos reconstituir historicamente o processo que levou a esses resultados, mapeando a ação dos atores estatais e não estatais envolvidos nos confrontos, com foco na relação entre os movimentos sociais e as eleições. A

TPP tem a vantagem de ampliar o olhar sobre o confronto político, mas apresenta dificuldades para pensar as especificidades do processo eleitoral e o papel da economia na conformação das disputas. A crise sanitária da Covid-19 requer uma atenção específica a esse aspecto, uma vez que o agravamento das desigualdades resultou em iniciativas de solidariedade e também de contestação às autoridades.

Concluimos que as vitórias de Lasso, no Equador, e de Castillo, no Peru, tiveram em comum o rechaço à maior força política de cada país: o correísmo e o fujimorismo, respectivamente. O movimento político liderado pelo ex-presidente equatoriano Rafael Correa foi alvo de críticas de setores da direita e tem uma relação conflituosa com os grupos afetados pelo aprofundamento do extrativismo e pelas políticas de debilitação das associações coletivas. Dentre esses grupos, estão os indígenas, cuja militância tem grande peso nas disputas políticas. A opção da Conaie por manter neutralidade no segundo turno do pleito foi essencial para a derrota do projeto progressista.

No Peru, a derrota de Keiko Fujimori pela terceira vez consecutiva se deve ao consistente poder de veto do antifujimorismo. No segundo turno, formou-se uma coalizão entre atores de diferentes agremiações ideológicas para angariar votos contra a filha do ditador. Tal movimentação beneficiou um candidato que até o início da campanha era pouco conhecido e que se filiou a um partido marxista poucos meses antes do pleito. Diferentemente do caso equatoriano, no qual o anticorreísmo se cristalizou em dois partidos que já participavam ativamente da política institucional, no Peru, a debilidade do sistema partidário possibilitou a emergência de um partido de pouca expressão. Nesse sentido, na comparação com o Equador, o caso peruano parece sugerir que a debilidade organizacional dos movimentos sociais está correlacionada com a debilidade dos partidos e, por isso, os ciclos de protestos se convertem em rechaço ao sistema político, com poucos canais de diálogo.

Cumprе ressaltar, ainda, que os resultados eleitorais não foram suficientes para arrefecer os conflitos. No momento em que escrevemos este artigo, Castillo se encontra preso após ensaiar um autogolpe, o que desencadeou um novo ciclo de protestos no Peru que provocou dezenas de

mortes decorrentes da truculência estatal promovida pelo governo de Dina Boluarte – a vice de Castillo alçada à presidência numa colusão com o Congresso. No Equador, Lasso, após enfrentar forte oposição no legislativo e intensas mobilizações nas ruas, protagonizadas pelas organizações indígenas, aplicou a cláusula constitucional da “morte cruzada”, dissolvendo a casa legislativa e convocando novas eleições para agosto de 2023.

Com isso, podemos afirmar que as eleições são um marco importante para examinar as mudanças na conjuntura e o rearranjo das forças políticas, mas não é possível dizer que o resultado de um pleito por si só seja capaz de estabilizar um sistema político em ebulição. Esse cenário, porém, parece repetir nossa conclusão: enquanto a crise equatoriana foi provisoriamente solucionada com a abertura de um novo processo eleitoral, a política peruana permanece altamente rechaçada, mas é incapaz de promover saídas políticas, ficando presa a um debate que já dura meses sobre a antecipação ou não das eleições.

A coincidência da crise nos dois países reforça a pertinência da comparação aqui proposta e deixa em aberto a possibilidade de continuar a análise comparada entre Equador e Peru. Exortamos leituras pareadas dos processos políticos nos dois países tanto antes do período aqui abarcado como num futuro próximo, observando as consequências de mais longo prazo da pandemia e das eleições de 2021 e, até mesmo, a chance cada vez maior de uma volta ao poder das principais forças políticas nos dois países: o correísmo no Equador e o fujimorismo no Peru. Além disso, a questão da organização política dos povos indígenas merece uma investigação mais detida, que leve em conta as diferentes composições étnico-raciais das populações nacionais, a trajetória histórica desses povos e suas formas de inserção na política.

Ao passo que a análise aqui empreendida aponta para cenários possíveis na relação entre ruas e urnas, também demanda que novas investigações sejam colocadas em vias de comparação para compreender os mecanismos engendrados nos diferentes processos políticos, conforme preconizado pela TPP. Na América Latina em particular, é imprescindível pensar a relação entre os *estallidos* e o sistema político. O caso do Chile, que teve um ciclo de protestos concomitante ao Equador em 2019, é exemplar

As ruas e as urnas na pandemia: uma análise comparada entre as eleições no Peru e no Equador à luz do confronto político | Daniel Henrique da Mota Ferreira, Jefferson Luis Moreira Nascimento & Raul Nunes

nesse sentido: a vitória do progressista Gabriel Boric em 2021 foi acompanhada de um rechaço à Constituição progressista em 2022. Nesse sentido, as relações entre protestos sociais e o sistema político são ainda espaço de muitas indagações tanto no campo da política quanto no campo científico.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2019.

AFP. Com corpos de mortos por coronavírus nas ruas, cidade do Equador recebe doação de mil caixões de papelão. **G1**, 05 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/05/com-corpos-de-mortos-por-coronavirus-nas-ruas-cidade-do-equador-recebe-doacao-de-mil-caixoes-de-papelao.ghtml>

ALBÓ, Xavier. **Movimientos y poder indígena en Bolivia, Ecuador y Perú**. Cuadernos de investigación, n. 71. La paz: CIPCA, 2009.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, n. 76, p. 49-86, 2009.

BARBOSA, Maria Lúcia; TEIXEIRA, João Paulo A. Neoconstitucionalismo e Novo Constitucionalismo Latino-Americano: dois olhares sobre igualdade, diferença e participação. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 2, p. 113-1142, 2017.

BOCANEGRA, Eduardo Dargent; ROUSSEAU, Stephanie. Perú 2020: ¿el quiebre de la continuidad? **Revista de Ciencia Política (Santiago)**, v. 41, n. 2, p. 377-400, 2021.

BORJA MUÑOZ, José Braulio. **Democracia, extractivismo y resistencia**: la criminalización de la protesta social en el gobierno de Rafael Correa 2007-2017. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. Pontificia Universidad Católica del Ecuador. 2020.

BRINGEL, Breno. Movimientos sociales y la nueva geopolítica de la indignación global. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (Org.). **Protesta e indignación global**: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 23-30.

BRINGEL, Breno. Estallidos de indignación, levantamientos de esperanza: cambios en los sujetos y los sujetos del cambio. In: BRINGEL, Breno; MARTÍNEZ, Alexandra; MUGGENTHALER, Ferdinand. (Org.). **Desbordes**: estallidos, sujetos y porvenires en América Latina. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, 2021. p. 13-42.

As ruas e as urnas na pandemia: uma análise comparada entre as eleições no Peru e no Equador à luz do confronto político | Daniel Henrique da Mota Ferreira, Jefferson Luis Moreira Nascimento & Raul Nunes

CAMPELLO, Daniela; ZUCCO JÚNIOR, Cesar. Presidential success and the world economy. **The Journal of Politics**, v. 78, n. 2, 2016.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e sistema político nas teorias dos movimentos sociais. **Interseções**: Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 17, n. 1, p. 15-53, 2015.

CEPAL. **Balance preliminar de las economías de América Latina y de Caribe 2020**. Santiago: Cepal, 2021.

CHALCO SALGADO, José. La facultad reglamentaria del Ejecutivo como instrumento de presidencialismo asentado en Ecuador. **Resistencia**: revista de los estudiantes de la Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador, n. 4, p. 86-89, 2015.

COLLIER, David. The comparative method. In: FINIFTER, Ada W. (Ed.). **Political Science**: The State of Discipline II. Washington, D.C.: American Political Science Association, 1993.

DELLA PORTA, Donatella. Political economy and social movement studies: The class basis of anti-austerity protests. **Anthropological Theory**, v. 17, n. 4, p. 453-475, 2017.

DURAND GUEVARA, Anahí. Movimientos sociales y política en el Perú de hoy. **Latinoamérica**: Revista de Estudios Latinoamericanos, n. 58, p. 59-84, 2014.

ECUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**. 2008. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf>

EFE. El día a día para miles de vendedores ambulantes que invaden calles de Lima durante cuarentena. **Gestión**, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://gestion.pe/peru/miles-de-vendedores-ambulantes-desacatan-cuarentena-e-invaden-calles-de-lima-noticia/>

EFE. Ecuador retrocedió diez años en pobreza durante la pandemia, según un estudio. **Los Angeles Times**, 28 ago. 2021. <https://www.latimes.com/espanol/internacional/articulo/2021-08-28/ecuador-retrocedio-diez-anos-en-pobreza-durante-la-pandemia-segun-un-estudio>

ERREJÓN GALVÁN, Iñigo. **La lucha por la hegemonía durante el primer gobierno del MAS en Bolivia (2006-2009)**: un análisis discursivo. Tese (Doutorado em Conflito político e processos de pacificação). Universidade Complutense de Madrid, 2012.

FAO; FIDA; OPS; WFP; UNICEF. **Panorama Regional de la seguridad alimentaria y nutricional**. Santiago do Chile, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/americas/publicaciones-audio-video/panorama/2021/es/>

As ruas e as urnas na pandemia: uma análise comparada entre as eleições no Peru e no Equador à luz do confronto político | Daniel Henrique da Mota Ferreira, Jefferson Luis Moreira Nascimento & Raul Nunes

FERREIRA, Daniel Henrique da M.; RODRIGUEZ, Vitória G. Quando a democracia transborda a razão neoliberal: uma análise histórica das manifestações de outubro de 2019 no Chile e no Equador. **Mosaico**, v. 12, n.º. 18, p. 115-140, 2020.

FONTES, Virgínia. **Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GIRALDO, Miguel A.; VARELA, Oswaldo M. B. Medios de comunicación y conflictos sociales durante la pandemia por Covid-19: análisis de los enfoques presentes en la prensa de Lima durante las protestas contra el gobierno interino de Manuel Merino (2020). **Desde el Sur**: Revista de Ciencias Humanas y Sociales de la Universidad Científica del Sur, v. 13, n. 1, e0005, 2021.

HERNÁNDEZ, Virgilio E.; BUENDÍA, Fernando G. Ecuador: avances y desafíos de Alianza País. **Nueva sociedad**, n. 234, p. 129-142, 2011.

ILIZABRE, Carmen. Poder de veto popular: revuelta social y elecciones en el Perú del bicentenario republicano. *In*: BRINGEL, Breno; MARTÍNEZ, Alexandra; MUGGENTHALER, Ferdinand. (Org.). **Desbordes**: estallidos, sujetos y porvenires en América Latina. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, 2021. p. 287-312.

LALANDER, Rickard; OSPINA, Pablo. Movimiento indígena y revolución ciudadana en Ecuador. **Cuestiones Políticas**, v. 28, n. 48, p. 13-50, 2012.

LEVITSKY, Steven; CAMERON, Maxwell A. Democracy without parties? Political parties and regime change in Fujimori's Peru. **Latin American Politics and Society**, v. 45, n. 3, 2003.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 18-51, 2011.

MELÉNDEZ, Carlos. **El mal menor**: Vínculos políticos en el Perú posterior al colapso del sistema de partidos. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2019.

MELÉNDEZ, Carlos; MONCAGATTA, Paolo. Ecuador: Una década de correísmo. **Revista de Ciencia Política (Santiago)**, v. 37, n. 2, p. 413-448, 2017.

MONTE, Lucas A. O neoliberalismo (constitucional) no Peru: o que mudou desde a saída de Alberto Fujimori?, **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, out. 2018.

NILSEN, Alf Gunvald; COX, Laurence. What Would a Marxist Theory of Social Movements Look Like?. *In*: BARKER, Colin; COX, Laurence; KRINSKY, John;

As ruas e as urnas na pandemia: uma análise comparada entre as eleições no Peru e no Equador à luz do confronto político | Daniel Henrique da Mota Ferreira, Jefferson Luis Moreira Nascimento & Raul Nunes

NILSEN, Alf Gunvald (orgs.). **Marxism and social movements**. Leiden/Boston: Brill, 2013.

OSPINA, Pablo. Reflexiones sobre el transformismo: movilización indígena y régimen político en el Ecuador (1990-1998). *In*: BONILLA, Marcelo; MASAL, Julie. **Los movimientos sociales en las democracias andinas**. Quito: Editora Flacso, 2000.

OSPINA, Pablo. Corporativismo, Estado y revolución ciudadana. El Ecuador de Rafael Correa. *In*: BÜSCHGES, Christian; KATMEIER, Olaf; THIES, Sebastian. **Culturas políticas en la región Andina**. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2011.

PIEPER, Oliver. Coronavirus: Perú y su lucha por el oxígeno. **DW**, 18 set, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/es/coronavirus-per%C3%BA-y-su-lucha-por-el-ox%C3%ADgeno/a-54983352>

ROCHA, Blanca Estela M.; CERVANTES, Daniel S. Movimientos sociales, naturaleza y nuevas constituciones. Entre la criminalización de la protesta social y la construcción de horizontes emancipatorios. Una plática con Maristella Svampa. **Crítica jurídica**, n. 36, p. 239-260, 2013.

SANDOVAL, Javier R. El voto nulo y el triunfo de la derecha en Ecuador. **Nueva Sociedad**, n. 293, p. 4-13, 2021.

SARTORI, Giovanni. Comparing and miscomparing. **Journal of theoretical politics**, v. 3, n. 3, p. 243-257, 1991.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Zapopan: Calas, 2019.

TANAKA, Martín. **Democracia sin partidos**. Perú 2000-2005: los problemas de representación y las propuestas de reforma política. Lima: IEP, 2005.

TARROW, Sidney. **Movements and Parties**: Critical Connections in American Political Development. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

TILLY, Charles. To explain political processes. **AJS**, v. 100, n. 6, p. 1594-1610, 1995.

TILLY, Charles. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 133-160, 2012.

VERGARA, Alberto. La crisis del Covid-19 como Aleph peruano. Universidad del Pacífico. **Centro de Investigación**. 18 de junho de 2020. Disponível em: <https://ciup.up.edu.pe/analisis/la-tesis-covid-19-como-aleph-peruano/>